

Edição nº 51 – 16 a 20 de outubro

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

COMISSÃO DA CÂMARA FLEXIBILIZA REGRAS PARA PPPs

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara aprovou, na última terça-feira, o PL nº 7.063/2017, do Senado Federal, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), nos termos do substitutivo do relator, deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE). O substitutivo altera, entre outros pontos, a Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs) para permitir a sua celebração quando o valor dos contratos superar R\$ 5 milhões, considerada a contraprestação da Administração Pública devida ao longo da concessão.

Atualmente, o valor mínimo para celebração dos contratos é de R\$ 20 milhões. Para municípios com população inferior a 100 mil habitantes, o valor mínimo da PPP passa a ser de R\$ 1 milhão. O substitutivo dispõe, ademais, que na contratação de PPP poderão ser adotados os procedimentos da Lei de Licitações ou lei superveniente e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e deverá ser submetida, ainda, às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DA MP Nº 791/2017
17/10/2017, ÀS 9H30

Reunião para debater a MP nº 791/2017, que criou a Agência Nacional de Mineração.

COMISSÃO MISTA DA MP Nº 789/2017
17/10/2017, ÀS 14H30

Reunião para apreciação de relatório da MP nº 789/2017, que alterou regras sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

COMISSÃO MISTA DA MP Nº 790/2017
17/10/2017, ÀS 14H30

FIQUE DE OLHO

Reunião para apreciação de relatório da MP nº 790/2017, que alterou o Código de Mineração.

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO
17/10/2017, ÀS 14H

FIQUE DE OLHO

PEC nº 48/2015, que dispõe sobre a convalidação de atos administrativos.

Relator: sen. Valdir Raupp (PMDB-RO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo e emendas.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (GDR)

18/10/2017, ÀS 9H

PLS nº 68/2016, que concede isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde.

Relator: sen. Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Relatório: pela aprovação.

PLS nº 90/2017, que dispõe sobre a criação de Zona Franca no Estado do Espírito Santo.

Relator: sen. Eduardo Lopes (PRB-RJ)

Relatório: pela aprovação.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (visconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

17/09/2017, ÀS 9H

PL nº 1.202/2007, que disciplina a atividade de lobby.

Relatora: dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

18/10/2017, ÀS 10H

PL nº 5.896/2016, que torna obrigatória a inclusão de cláusula nos contratos de adesão aos serviços de telefonia fixa, móvel e de banda larga móvel, liberando o consumidor do contrato de fidelização no caso de má prestação de serviço por parte da concessionária.

Relator: dep. Vitor Valim (PMDB-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

16/10/2017, ÀS 16H

PEC nº 181/2012, que estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos.

Relator: dep. Rogério Rosso (PSD-DF)

Relatório: pela admissibilidade.

PLP nº 1/2015, que institui o seguro obrigatório de responsabilidade civil das empresas, dos proprietários e dos promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares, por riscos ou acidentes que possam ocorrer com a realização dos eventos por eles promovidos.

Relator: dep. Fábio Sousa (PSDB-GO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PDC nº 640/2017, que convoca plebiscito para consultar a população acerca do seu interesse em manter o voto obrigatório no país ou em adotar o voto facultativo. Relator: dep. Sergio Zveiter (PODE-RJ)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 3.456/2004, que acrescenta dispositivos à Lei Ferrari para estabelecer prazo para realização de convenções econômicas dos produtores e distribuidores de veículos e facultar a utilização de arbitragem.

Relator: dep. Juscelino Filho (DEM-MA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo e emenda.

PL nº 3.163/2015, que define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado.

Relator: dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 5.097/2016, que garante aos consumidores o direito de livre escolha da oficina ao acionar sua seguradora em caso de sinistro.

Relator: dep. Moses Rodrigues (PMDB-CE)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 7.448/2017, do Senado Federal, que inclui na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.

Relator: dep. Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.553/2017, que dispõe sobre a multipropriedade, como no regime de time-sharing.

Relator: dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA)

Relatório: pela aprovação.

17, 18 E 19/10/2017, ÀS 10H

FIQUE DE OLHO

Solicitação de Instauração de Processo nº 2/2017, do Supremo Tribunal Federal, que encaminha, para os fins de autorização de instauração de processo, denúncia formulada pelo Ministério Público Federal em desfavor do presidente da República, Michel Miguel Elias Temer Lulia, e dos ministros de Estado Eliseu Lemos Padilha e Wellington Moreira Franco, nos autos dos Inquéritos nºs 4.483 e 4.327.

Relator: dep. Bonifácio de Andrada (PSDB-MG)

Relatório: pela inadmissibilidade da denúncia da Procuradoria-Geral da República e pelo indeferimento da Solicitação de Instauração de Processo nº 2/2017.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara

PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara

PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado

PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado

MP: Medida Provisória

PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara

PRS: Projeto de Resolução do Senado

PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara

PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado

PFC: Proposta de Fiscalização e Controle

RCP: Requerimento de Constituição de CPI

REQ: Requerimento

VET: Veto

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)
18/10/2017, às 9H30

PL nº 3.536/2012, que estabelece que as fabricantes de produtos eletrodomésticos e eletroeletrônicos deverão colocar em seus aparelhos sistema automático de tensão compreendido entre 110 e 220 volts.

Relator: dep. Chico Lopes (PCdoB-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

FIQUE DE OLHO

PL nº 5.221/2016, que acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor para determinar que a reparação de danos morais ressarcia também a perda do tempo livre pelo consumidor.

Relator: dep. Cabo Sabino (PR-CE)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.263/2017, que altera a Lei Geral de Telecomunicações para coibir a comercialização de pacotes fechados de serviços de telecomunicações.

Relator: dep. Moses Rodrigues (PMDB-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 8.417/2017, que dispõe sobre os deveres das instituições financeiras de prestar informação aos consumidores acerca da opção pelo uso de sistemas biométricos e de disponibilizar mecanismos de segurança alternativos para controle de transações.

Relator: dep. Weliton Prado (PROS-MG)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

18/10/2017, às 9H30

Audiência pública para debater a destinação final dos resíduos sólidos e rejeitos da mineração, matéria objeto do PL nº 3.940/2015.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

17/10/2017, às 10H

PLP nº 234/2012, que determina que o ISS passe a ser devido no local do estabelecimento do prestador do serviço de mão de obra ou, na falta de estabelecimento no município onde o serviço é prestado, onde o prestador estiver domiciliado.

Relator: dep. Izalci Lucas (PSDB-DF)

Relatório: pela rejeição.

PL nº 2.892/2011, que dispõe sobre aprimoramento das regras que regem as Parcerias Público-Privadas.

Relator: dep. Lindomar Garçon (PRB-RO)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 1.737/2015, que autoriza o aproveitamento dos incentivos fiscais da Lei Rouanet pelas empresas optantes pelo lucro presumido na apuração do imposto de renda.

Relator: dep. Aluísio Mendes (PODE-MA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

18/10/2017, às 15H

Audiência pública sobre o panorama da economia e composição da dívida pública brasileira, ações para 2017 e novos projetos incluídos no PPI.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA (CME)

18/10/2017, às 8H30

Seminário sobre a revolução tecnológica no sistema de geração e distribuição de energia elétrica no Brasil.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)

18/10/2017, às 14H45

PL nº 7.688/2017, que altera a Lei das Organizações Criminosas para vedar que o colaborador ou terceiro a ele associado, no curso ou após a homologação da colaboração premiada, obtenha benefícios econômicos de qualquer natureza resultantes da informação privilegiada produzida no procedimento.

Relator: dep. Rocha (PSDB-AC)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.877/2017, que altera a Lei dos Crimes de Lavagem de Dinheiro para autorizar que o Conselho Monetário Nacional estabeleça valores máximos para a realização de transações financeiras em dinheiro, e dispõe que as transações financeiras que ultrapassarem tais limites sejam realizadas por meio eletrônico.

Relator: dep. Delegado Waldir (PR-GO)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)

17/10/2017, às 16H

Audiência pública para discutir o preço e a validade dos medicamentos comercializados no país.

19/10/2017, às 9H30

Audiência pública para prestar esclarecimentos do não reembolso por parte das operadoras de planos de saúde ao Sistema Único de Saúde (SUS), por atendimentos prestados aos clientes dos planos e por multas a eles aplicadas.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
17/10/2017, ÀS 9H

Audiência pública para debater a negociação coletiva e o direito de greve.

18/10/2017, ÀS 10H30

PL nº 3.123/2012, que altera a Lei de Execuções Penais para estabelecer as normas de privatização dos serviços penitenciários.

Relator: dep. Benjamin Maranhão (SD-PB)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 3.433/2012, que altera a Lei das Concessões e Permissões para revogar dispositivos que permitem a contratação de terceiros por empresas concessionárias de serviços públicos.

Relator: dep. Vicentinho (PT-SP)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 6.445/2013, que altera a Lei das Licitações para vedar, em período eleitoral, a participação em certames de empresas que tenham prestado serviços ou feito doações para candidatos ou partidos políticos.

Relator: dep. Roberto de Lucena (PV-SP)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 6.050/2016, que altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para determinar que o empregador aplique sem distinção as normas de medicina e de segurança do trabalho em ambiente fechado e externo.

Relator: dep. Flávia Moraes (PDT-GO)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE TURISMO (CTUR)

18/10/2017, ÀS 14H

Audiência pública para debater as demandas, entraves e possibilidades de desenvolvimento do "turismo do vinho" (enoturismo) no Brasil.

